

INTRODUÇÃO

No mês de junho de 2012, realizou-se, no Rio de Janeiro, mais uma Conferência da ONU sobre desenvolvimento e meio ambiente (denominada Rio +20) e, então, surgiu a oportunidade de focar, com esse trabalho, as ações dos governos municipais nessa segunda das duas décadas decorridas desde a Rio-92. As reflexões induzidas pelo trabalho mostram que é preciso inserir nas gestões públicas (federal, estadual e municipal) o modelo de desenvolvimento sustentável. Existem alguns programas nacionais com este foco, a exemplo da Agenda Ambiental na Administração Pública, a A3P, mas que não são suficientemente executados nem efetivamente divulgados. Por outro lado, não há respostas positivas por parte das demais esferas da sociedade, além dos governos. A investigação realizada, embora alcance em torno de 14% dos municípios do Estado de Pernambuco, mas 58% da população do Estado, contribui para os demais municípios deste e dos outros Estados do país, pois serve de comparação entre as diferentes gestões públicas ambientais.

OBJETIVO

Examinar o avanço, na última década, na utilização de instrumentos de gestão de vinte e seis municípios do Estado de Pernambuco, distribuídos nas mesorregiões da Mata, do Agreste e do Sertão e da Região Metropolitana do Recife, bem como as causas da não utilização desses instrumentos, destinados a atenuar as alterações nas condições ambientais dos seus territórios.

METODOLOGIA

A pesquisa investigou os vinte e seis municípios das diversas regiões de Pernambuco, sendo eles Carpina, Paudalho e Vitória de Santo Antão (Zona da Mata); Bezerros, Brejo da Madre de Deus, Caruaru, Garanhuns, Gravatá, Pesqueira e Santa Cruz do Capibaribe (Agreste); Araripina, Arcoverde, Petrolândia, Petrolina e Serra Talhada (Sertão); Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata (RMR), a partir do critério de respostas dadas, ao longo da última década, aos questionários propostos pelo NUPESP (ver PEDROSA, 2005; PEDROSA *et al.*, 2011; PEDROSA *et al.*, 2013). Tomou-se como referência, também, entre outros documentos, a série de levantamentos feitos pelo IBGE, consubstanciados na coletânea “Perfil dos Municípios Brasileiros” (IBGE, 2002 e anos posteriores).

RESULTADOS

Para que seja analisada a condição do meio ambiente, bem como a ação da gestão de cada município na melhoria dessa condição, faz-se necessário avaliar o comportamento dos dois índices presentes na tabela abaixo, o Índice das Pressões Antrópicas (IPA) e o Índice de Atenuação das Pressões Antrópicas pelos Governos Municipais (IAPAM), demonstrados na Tabela 1, juntamente com a evolução dos municípios do ano de 2002 até o ano mais recente que compreende, conforme o caso, os anos de 2006 a 2012.

Tabela 1
Evolução do IPA e IAPAM dos Municípios investigados de 2002 até o ano mais recente (2003-12)

Municípios	Região de Desenvolvimento	Ipa 2002	Ipa recente	Iapam 2002	Iapam recente
ABREU E LIMA	Metropolitana	0,737	0,636	0,098	0,293
ARARIPINA	Sertão do Araripe	0,939	0,778	0,113	0,083
ARCOVERDE	Sertão do Moxotó	0,758	0,869	0,068	0,120
BEZERROS	Agreste Central	0,798	0,424	0,068	0,083
BREJO DA MADRE DE DEUS	Agreste Central	0,828	0,747	0,098	0,293
CABO DE SANTO AGOSTINHO	Metropolitana	0,586	0,495	0,256	0,286
CAMARAGIBE	Metropolitana	0,707	0,495	0,135	0,256
CARPINA	Mata Norte	0,778	0,660	-	-
CARUARU	Agreste Central	0,758	0,646	0,323	0,233
GARANHUNS	Agreste Meridional	0,889	0,424	0,105	0,203
GRAVATÁ	Agreste Central	0,848	0,434	0,128	0,165
IGARASSU	Metropolitana	0,556	0,46	0,248	0,520
IPOJUCA	Metropolitana	0,253	0,35	0,195	0,310
JABOATÃO DOS GUARARAPES	Metropolitana	0,424	0,424	0,211	0,323
MORENO	Metropolitana	0,657	0,52	0,301	0,410
OLINDA	Metropolitana	0,768	0,687	0,263	0,278
PAUDALHO	Mata Norte	0,788	0,626	0,158	0,180
PAULISTA	Metropolitana	0,909	0,525	0,195	0,316
PESQUEIRA	Agreste Central	0,707	0,778	0,195	0,248
PETROLÂNDIA	Sertão de Itaparica	0,808	0,869	0,248	0,128
PETROLINA	Sertão do S. Francisco	0,869	0,303	0,165	0,263
RECIFE	Metropolitana	0,747	0,677	0,459	0,414
SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	Agreste Setentrional	0,869	0,313	0,113	0,218
SÃO LOURENÇO DA MATA	Metropolitana	0,939	0,263	0,421	0,135
SERRA TALHADA	Sertão do Pajeú	0,848	0,444	0,180	0,188
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	Mata Sul	0,515	0,556	0,158	0,308

Fontes: CONDEPE-FIDEM, para as regiões de Desenvolvimento; NUPESP, para os índices IPA e IAPAM.

A partir da Tabela 1 pode-se facilmente observar que na maioria das regiões houve uma diminuição na degradação do meio ambiente, bem como uma maior preocupação da gestão municipal em atenuar essa degradação. Essa facilidade de leitura e compreensão a partir desses dois índices é ressaltada por PEDROSA, Pedrosa (2006): “No que se refere ao meio ambiente, é importante que haja índices que facilmente evidenciem o grau de degradação imposto pelo homem e, por outro lado, os esforços desenvolvidos para evitar mais degradações e para restaurar o que foi danificado.

Schneider (2012) evidencia que “A política ambiental de uma região depende, em primeiro lugar, da preferência social pelo meio ambiente e da disponibilidade de recursos financeiros, técnicos e humanos necessários a sua implantação”. A Tabela 2 mostra a quantidade de recursos destinados para a gestão ambiental em comparação com as despesas totais de cada município no ano de 2010.

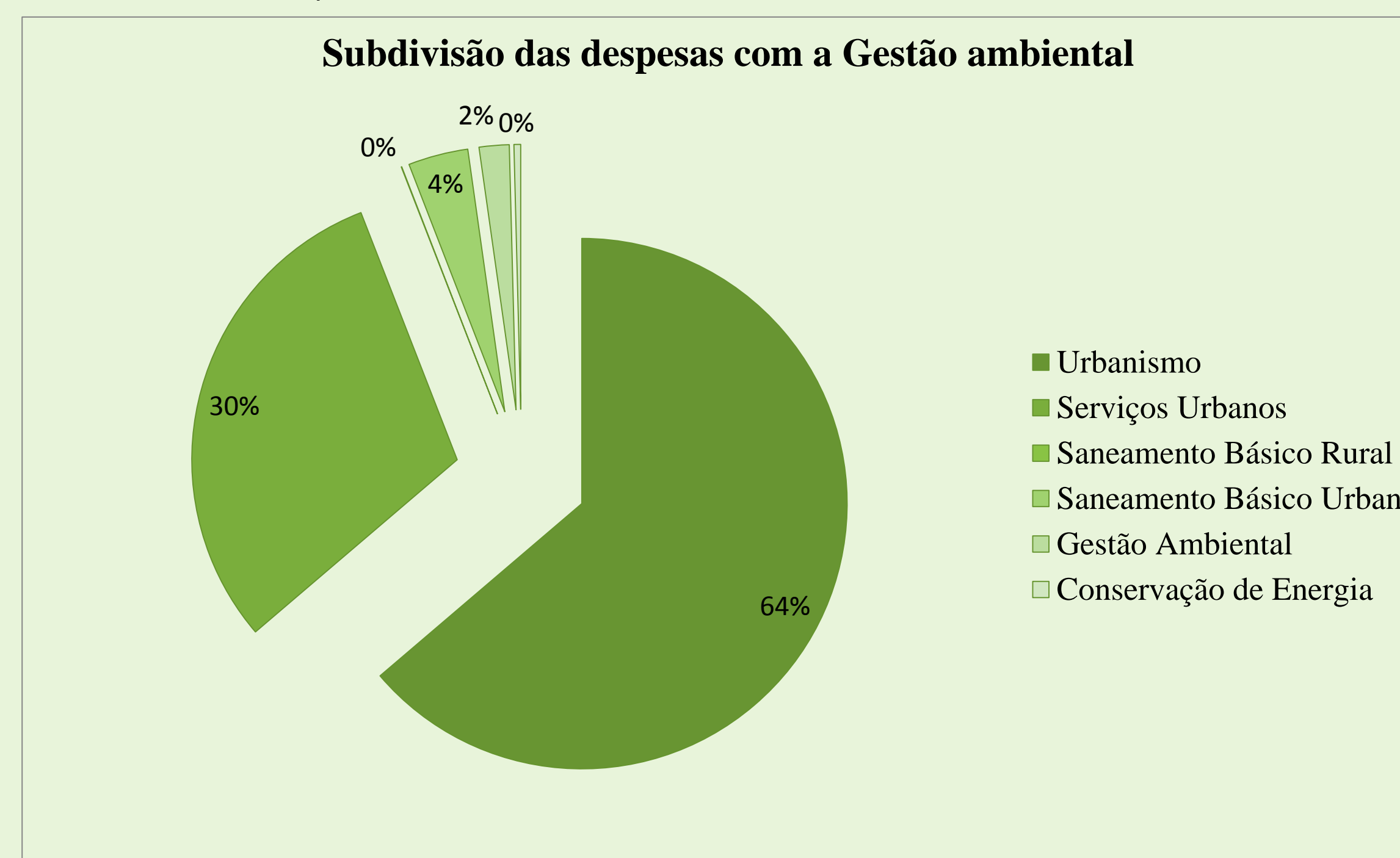
Tabela 2
Relação entre as despesas relativas à Gestão Ambiental e as despesas totais do município - em R\$ 1.000,00 - 2010

Municípios	Total Geral das Despesas com a Gestão Ambiental	Total Geral das Despesas	Participação das Despesas com a Gestão Ambiental no Total Geral das Despesas
ABREU E LIMA	21544	71.831	30%
ARARIPINA	11.639	50.130	23%
ARCOVERDE	22.509	75.016	30%
BEZERROS	10.466	56.570	19%
BREJO DA MADRE DE DEUS	5.270	50.336	10%
CABO DE SANTO AGOSTINHO	45.840	373.552	12%
CAMARAGIBE	16.016	136.654	12%
CARPINA	13.683	61.721	22%
CARUARU	50.418	341.373	15%
GARANHUNS	30.805	134.506	23%
GRAVATÁ	8.348	82.434	10%
IGARASSU	12.556	85.590	15%
IPOJUCA	35.063	349.050	10%
JABOATÃO DOS GUARARAPES	120.306	583.011	21%
MORENO	10.150	57.030	18%
OLINDA	107.967	377.496	29%
PAUDALHO	7.125	50.840	14%
PAULISTA	54.843	246.643	22%
PESQUEIRA	10.500	60.976	17%
PETROLÂNDIA	10.982	56.694	19%
PETROLINA	40.543	301.651	13%
RECIFE	601.304	2.409.192	25%
SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	9.217	64.646	14%
SÃO LOURENÇO DA MATA	18.169	74.611	24%
SERRA TALHADA	1.723	71.801	2%
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	19.026	116.119	16%

FONTE: Secretaria do Tesouro Nacional - STN

As despesas com o meio ambiente subdividem-se, no âmbito desta pesquisa, em cinco categorias: urbanismo, serviços urbanos, saneamento básico rural, saneamento básico urbano e gestão ambiental, cujos percentuais dos totais encontram-se discriminados no Gráfico 1. A partir de uma rápida análise desse gráfico pode-se perceber que o investimento em saneamento básico, tanto rural quanto urbano, é insignificante em comparação com os outros subitens, como urbanismo, por exemplo. A falta de investimento em saneamento básico é um problema recorrente em todo o País. Segundo o IBGE, em 2010 apenas 59,8% da população do Recife tinha acesso ao saneamento adequado, número somente 10% maior que em 2000. Esse tímido crescimento também pode ser observado nos demais Municípios do Estado, inclusive os investigados nesta pesquisa, cujas respostas ao questionário do NUPESP evidenciam dificuldades nas questões relativas ao saneamento.

Gráfico 1
Subdivisão das despesas com a Gestão Ambiental - 2010



FONTE: IBGE

CONCLUSÃO

Essa pesquisa mostrou, por meio de um estudo com 26 municípios de Pernambuco, que apesar de ter melhorado a atuação dos governos municipais com relação à gestão ambiental, a situação do meio ambiente ainda inspira muitos cuidados. A exposição, nesse trabalho, de aspectos como os índices IPA e IAPAM, além dos recursos destinados ao meio ambiente possibilitou uma análise da situação do meio ambiente, para que, a partir daí, possam ser empregadas medidas de gestão ambiental mais significativas, a fim de melhorar a realidade dos municípios.

REFERÊNCIAS

- IBGE. *Perfil dos municípios brasileiros*: Meio Ambiente 2002. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.
- MENEZES, Rualdo; ALMEIDA, Gerson (orgs.). *Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades*: estratégias a partir de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- PEDROSA, Ivo V. *Monitoramento de políticas ambientais: experiência com municípios pernambucanos*. In: I Seminário Nacional sobre a Governança Ambiental no Brasil: contexto, realidade, rumos, 2006. Recife: Fundaj, 2006.
- PEDROSA, Ivo V.; PEREGRINO, Carolina F. L. *Meio ambiente e Federação: experiências de municípios pernambucanos*. In: Anais da VI Jornada Internacional de Políticas Públicas: O desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação. UFMA, 20 a 23 de agosto de 2013.
- QUINTAS, José Silva. *Introdução à gestão ambiental pública*. 2ª ed. revista. – Brasília: Ibama, 2006.
- PEDROSA, Ivo V.; de PAULO, Felipe Luiz L.; CORRÊA, Cristiano; MONTEIRO, Antônio Luiz R.; SENA, Gabriela Iara C.; NASCIMENTO, Manuela F. de L.; AQUINO, Vanessa de A.; COSTA, Maria Clara do N.; OLIVEIRA, Indira D. de A. C. de; PEREGRINO, Carolina F. L.; LUCENA, Alysso Henrique F. de. *Relatório da pesquisa “Os governos municipais e o enfrentamento da crise ambiental: o caso de Pernambuco - 2010-2012”*. Janeiro de 2013.